

DEZEMBRO DE 2024: UMA VISÃO ANTECIPADA DA AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO

Dinte

Diretoria de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais

Nº 75

Antonio Lassance



Setembro de 2025

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministra Simone Nassar Tebet



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional
FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia
LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas
CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais
ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura
PEDRO CARVALHO DE MIRANDA

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA

Diretora de Estudos Internacionais
KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete
ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenador-Geral de Imprensa e
Comunicação Social
GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <https://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2025

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Lassance

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). E-mail: antonio.lassance@ipea.gov.br.

Como citar:

LASSANCE, Antonio. **Dezembro de 2024**: uma visão antecipada da agenda político-institucional do Estado brasileiro. Brasília: Ipea, set. 2025. (Dinte: Nota Técnica, 75). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ntdinte75-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	4
2 CALENDÁRIO: DEZEMBRO DE 2024.....	5
2.1 Data – evento.....	5
2.2 Ao longo do mês.....	9
3 ANÁLISE	10
3.1 Corte de gastos	10
3.2 Regulamentação da reforma tributária	10
3.3 Crise cambial	11
3.4 Regulação da responsabilidade das plataformas digitais de mensagens.....	11
REFERÊNCIAS	12
APÊNDICE A.....	15
MEDIDAS PROVISÓRIAS EM TRAMITAÇÃO	15
Na Coordenação de Comissões Mistas (22 medidas provisórias – MPs).....	15
Na Câmara dos Deputados – CD (quatro MPs)	20
No Senado Federal.....	21
APÊNDICE B.....	22
MATÉRIAS AGUARDANDO SANÇÃO OU VETO PRESIDENCIAIS	22

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho atualizou, para dezembro, o levantamento prospectivo que anteriormente antecipou o calendário de eventos e as agendas político-institucionais do Estado brasileiro para todo o ano de 2024. A teoria e a metodologia que fundamentam este estudo estão expostas no Texto para Discussão (TD) nº 3011 (Lassance, 2024a). Por sua vez, o Texto para Discussão nº 3012 (Lassance, 2024b), elaborado em dezembro e janeiro de 2023, publicado em junho deste ano, apresentou um calendário de eventos previstos até o final deste ano, agora revisado e atualizado por notas técnicas de cada mês. Por fim, o Texto para Discussão nº 3013 (Lassance, 2024c) apresentou a análise dessas agendas de políticas públicas prospectadas para 2024.

Após o levantamento do calendário de eventos de dezembro, esta nota apresenta uma breve análise que consolida a visão das agendas de maior proeminência político-institucional.

O trabalho destina-se a dirigentes e gestores dos três Poderes e, também, a organizações civis interessadas em uma visão antecipatória do calendário político-institucional e das agendas de políticas públicas que estão por trás de atores e organizações do Estado que impulsionam tais eventos.

Um alerta, conforme explicado no Texto para Discussão nº 3012:

Como as agendas de política pública estão sujeitas a uma série de fatores e contingências – essas sim, imprevisíveis –, as datas aqui estimadas de ocorrência de cada evento podem e normalmente sofrem alterações. A partir da decisão de agentes públicos que ocupam posições centrais (dirigentes), essas datas aqui registradas preliminarmente, com base nos resultados da prospecção feita até a data desta publicação, podem ter sido alteradas ou mesmo suspensas, logo após a publicação deste trabalho (Lassance, 2024b, p. 5).

Este levantamento foi realizado ao longo de novembro de 2024 e publicado no dia 6 de dezembro daquele ano. As informações aqui presentes reproduzem exatamente o que foi levantado à época, prospectivamente, e representa portanto um retrato do que estava previsto na agenda ainda em novembro.

As questões de maior projeção político-institucional para este mês são descritas conforme a seguir.

- 1) A tramitação, no Congresso Nacional, da proposta de corte de gastos da União.
- 2) A regulamentação da reforma tributária, que aguarda a votação, no Senado Federal, dos Projetos de Lei Complementar (PLCs) nºs 68/2024 e 108/2024.
- 3) A crise cambial, que põe em relevo o papel e a capacidade de o Banco Central do Brasil (BCB) agir como guardião da moeda. O mês marca o fim da gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco e traz a sabatina de três novos nomes, inclusive o indicado ao cargo de diretor de política monetária.
- 4) A retomada do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da responsabilização das plataformas digitais de mensagem quanto à remoção de postagens criminosas, mesmo que sem ordem judicial prévia.
- 5) As votações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), em 2025.

2 CALENDÁRIO: DEZEMBRO DE 2024

2.1 Data – evento

Dia 1^a

- Conforme decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o cálculo das tarifas de energia elétrica passa a ser feito nos patamares da bandeira tarifária verde. A medida foi tomada em função do volume de chuvas de novembro e da melhoria na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Espera-se o efeito positivo sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o acumulado da meta de inflação prevista para 2024 (Ano..., 2024).

Dia 2

- Iniciativa Naturezas Quilombolas abre processo de seleção de projetos para apoiar comunidades quilombolas da Amazônia. A iniciativa dá-se no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial Quilombola e tem como eixos: integridade territorial (usos, manejo e conservação ambiental); produção sustentável (geração de renda, soberania alimentar e segurança nutricional); ancestralidade (identidade e patrimônio cultural); educação e formação – voltadas à gestão territorial e ambiental; e organização social para a gestão territorial e ambiental. Os projetos serão apoiados por recursos da ordem de R\$ 33 milhões, do Fundo Amazônia, em uma ação conjunta do Ministério da Igualdade, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Governo..., 2024b).

Dia 3

- O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, participa de audiência na Comissão de Segurança Pública do Senado Federal. A pauta é o combate ao crime organizado no Brasil (Lopes, 2024). Nesse dia, o ministro vai à Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados (CD), para debater a proposta de emenda constitucional (EC) que atribui novas competências à União em matéria de segurança pública (Comissão..., 2024).
- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga os índices do *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Período de referência: jul. 2024-set. 2024.¹

Dia 4

- A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal tem previsão de votar o relatório de um dos projetos da reforma tributária.² O relatório do PLC nº 108/2024 também deve ser votado em dezembro pela CCJ do Senado (Desafio..., 2024).
- O STF retoma o julgamento sobre a responsabilização das plataformas digitais de mensagem pela remoção de postagens criminosas, mesmo sem ordem judicial prévia. O julgamento analisa a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet (Brasil, 2014), que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo, para que haja a responsabilização civil de provedor de internet, bem como de gestores de aplicativos e *websites* (STF, 2024c).

1. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

2. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/164914>. Acesso em: 24 nov. 2024.

- Previsão de oficialização da demarcação da Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu, no Município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul.
- Defesa Civil Alerta implanta novo sistema de envio de alertas em casos de desastres de grande perigo. O sistema começa pelos estados do Sul e do Sudeste (Defesa..., 2024).
- O IBGE divulga a *Pesquisa Industrial Mensal: produção física – Brasil*. Período de referência: out. 2024. Também divulga a *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024*.³

Dia 5

- Cúpula do Mercosul (Montevideu, Uruguai, dias 5 e 6). O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, renovou a expectativa de ainda este ano assinar o acordo Mercosul-União Europeia, conforme fez em meses anteriores (Lula..., 2024).
- O IBGE divulga a *Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo*. Período de referência: 2022.⁴

Dia 6

- O STF julga ação que discute a responsabilidade estatal por morte de vítima de disparo de arma de fogo durante operações policiais ou militares em comunidade, em razão da perícia que determina a origem do disparo ser inconclusiva – pauta prevista de ser apreciada e votada entre os dias 6 e 13 (STF, 2024e). Nesse período, o Supremo também discute a possibilidade de uma pessoa ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente, à luz dos direitos constitucionais da personalidade e da dignidade da pessoa humana (STF, 2024b).
- Órgãos do governo federal têm até esta data para apontar as fontes orçamentárias para o detalhamento do bloqueio de mais R\$ 6 bilhões, estabelecido em novembro, para cumprir a meta do arcabouço fiscal (Passos, 2024).
- O Ministério da Igualdade Racial divulga a lista das organizações quilombolas que vão compor o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (MIR..., 2024).

Dia 9

- O ministro do STF, Edson Fachin, realiza audiência pública sobre a chamada “uberização” – ou seja, o tipo de vínculo, seempregatício ou não, entre motoristas de aplicativos e essas plataformas digitais (Richter, 2024).

Dia 10

- Municípios de 1.164 cidades, nos 26 estados da Federação, contemplados pelo programa Minha Casa, Minha Vida, têm até esta data para incluir, na plataforma Transferegov, suas propostas selecionadas para que as obras de construção de moradias do programa sejam contratadas

3. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

4. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

pela Caixa Econômica Federal (Caixa). A previsão é de que sejam beneficiadas cerca de 150 mil pessoas (Cidades..., 2024).

- Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BCB – dias 10 e 11 (BC..., 2023).
- Os indicados para diretorias do BCB podem ser sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (dia 10 ou 11). São eles: Nilton David, para a Diretoria de Política Monetária; Gilneu Vivan, para a Diretoria de Regulação; e Izabela Correa, para a Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.
- A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional definiu em seu calendário a votação da LDO até este dia (Mugnatto e Moraes, 2024).
- O IBGE divulga o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – período de referência: nov. 2024 – e, também, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – período de referência: nov. 2024. Nessa data, apresenta os dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. Período de referência: nov. 2024.⁵

Dia 11

- O IBGE divulga a *Pesquisa Mensal de Serviços*. Período de referência: out. 2024.⁶

Dia 12

- A Comissão Mista de Orçamento definiu em seu calendário votar a LOA (2025) até esta data (Mugnatto e Moraes, 2024).
- O STF julga ação que discute os limites da atuação legislativa dos municípios, para fixar as atribuições de suas guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município (STF, 2024a). Para essa sessão, estão previstos julgamentos relacionados à questão do teto constitucional, de subtelos estaduais e do acúmulo de remunerações que extrapolam o teto, advindas da incorporação das gratificações de cargos comissionados por membros de Ministério Público estadual.⁷
- O IBGE divulga o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* – período de referência: nov. 2024; a *Pesquisa Mensal de Comércio* – período de referência: out. 2024; o *Prognóstico da Safra* (2º prognóstico) – período de referência: 2025; e os dados do *Censo Demográfico 2022: características dos domicílios: resultados preliminares da amostra*.⁸

Dia 13

- O IBGE divulga a *Pesquisa Industrial Mensal: produção física – regional*. Período de referência: out. 2024.⁹

5. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

6. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

7. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/pauta/pesquisarCalendario.asp?data=12/12/2024>. Acesso em: 24 nov. 2024.

8. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

9. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Dia 16

- O IBGE divulga *Regiões de Influência das Cidades* – metodologia de compatibilização hierárquica entre as edições da pesquisa no período 1966-2018.¹⁰

Dia 17

- O IBGE divulga as *Informações Geocientíficas Experimentais*.¹¹

Dia 18

- Ministério de Portos e Aeroportos realiza o maior leilão de portos, em Itaguaí, no Rio de Janeiro – ITG02 (Governo..., 2024a).
- O STF julga a licitude ou a ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem (STF, 2024d).

Dia 19

- O IBGE divulga o *Censo Demográfico 2022: indígenas – principais características das pessoas e dos domicílios, por situação urbana ou rural do domicílio – resultados do universo*. Também os dados do censo sobre localidades indígenas.¹²

Dia 20

- Provável início do recesso legislativo – no máximo, até o dia 23. A semana de 16 a 20 é a última para votar a regulamentação da reforma tributária e o pacote de corte de gastos, ainda neste ano.
- Início do recesso do STF – até 1º de fevereiro de 2025.

Dia 22

- O governo publica o *Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas*. O relatório aponta as estimativas de contingenciamento ou bloqueio orçamentário, quando necessárias ao cumprimento da meta fiscal estabelecida para cada exercício. O documento é produzido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MP), pelo Ministério da Fazenda (MF) e pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Dia 27

- O IBGE divulga a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mensal* – período de referência: nov. 2024; o *IPCA 15* – período de referência: dez. 2024-27 dez. 2024; e o *IPCA Especial* – período de referência: out. 2024-dez.2024.¹³

10. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

11. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

12. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

13. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Dia 28

- O Ministério da Saúde (MS) realiza, ao longo do mês e até esta data, a segunda fase da campanha nacional de conscientização e mobilização para o controle da dengue, da zika e da chikungunya (Ministério..., 2024b).

Dia 31

- Prazo previsto pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, para a instituição do novo marco regulatório para os cursos de graduação, por meio da educação a distância (CC-Pares..., 2024).
- Encerra-se o prazo final para cadastramento inicial ou recadastramento para a emissão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, por meio do protocolo do Registro Geral da Atividade Pesqueira (Prazo..., 2024). Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais, sendo 49% mulheres (Brasil..., 2023).
- Autarquias e fundações públicas inscritas em dívida ativa não tributária com a União têm até essa data para requerer o refinanciamento do débito em condições especiais, conforme a Portaria Normativa nº 150 da Advocacia-Geral da União (AGU), de 3 de outubro de 2024, que permite a concessão de descontos de 5% a 70% do valor dos créditos não tributários devidos (Programa..., 2024).

2.2 Ao longo do mês

Poder Executivo

- O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos dá prosseguimento às fases do Concurso Público Nacional Unificado (CNU). A previsão de conclusão do certame, com a divulgação dos resultados finais, é 11 de fevereiro de 2025 (MGI..., 2024).
- Ministério da Saúde antecipa entrega de insulina para garantir abastecimento no Sistema Único de Saúde – SUS (Ministério..., 2024a).
- A mineradora Samarco deve repassar à União cerca de R\$ 557 milhões referentes ao pagamento de multas por danos ambientais e, também, impostas pelo Comitê Interfederativo (CIF). As penalidades também advêm do descumprimento de obrigações de reparação de prejuízos com o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG, em 2015 (Samarco..., 2024).

Poder Legislativo

- O Congresso deve analisar a proposta de corte de gastos encaminhada pelo presidente da República. O governo federal espera que os cortes sejam aprovados ainda em 2024, a tempo de entrarem em vigor em 2025 e terem impacto na redução de algo em torno de R\$ 70 bilhões, em 2025.
- Projeto de lei (PL) que proíbe supersalários do funcionalismo público (PL nº 4.413/2024, do deputado Guilherme Boulos) pode ter tramitação acelerada, caso seja associado à agenda do corte de gastos.

Poder Judiciário

- Após a aprovação do PLC nº 175/2024, sancionado pelo presidente Lula e transformado na LC nº 210/2024,¹⁴ o ministro do STF, Flávio Dino, suspendeu a decisão que tornou inconstitucionais as emendas parlamentares que não contavam com requisitos mínimos de transparência, eficiência e rastreabilidade. A decisão liminar do ministro suspendeu desde agosto as emendas que não cumpriam tais requisitos (Brasil, 2024).

3 ANÁLISE

3.1 Corte de gastos

A proposta de corte de gastos apresentada pela Presidência da República (PR) propõe alterações no valor do abono salarial; a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032; alterações no cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF); novas regras para o sistema de previdência dos militares; uma nova forma de cálculo para o reajuste do salário mínimo; e a revisão dos cadastros do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O governo federal espera que os cortes sejam aprovados ainda em 2024, a tempo de entrarem em vigor em 2025 e terem impacto na redução de algo em torno de R\$ 70 bilhões, no ano que vem. O projeto de lei que proíbe supersalários do funcionalismo público (PL nº 4.413/2024, do deputado Guilherme Boulos) pode ter tramitação acelerada, caso seja associado à agenda do corte de gastos.

Além de leis complementares (LCs), há alterações que dependem de mudança constitucional. Com isso, a pauta do Congresso mostra-se bastante congestionada, tendo-se em vista também a tramitação da regulamentação da reforma tributária, bem como da LDO e da LOA, para 2025.

3.2 Regulamentação da reforma tributária

Os principais pontos da regulamentação da reforma tributária envolvem os itens descritos conforme a seguir.

- 1) Impacto da reforma no crescimento econômico e na carga tributária, em áreas e setores como o imobiliário; na infraestrutura; no turismo; em clubes de futebol; na Zona Franca de Manaus e em áreas de livre comércio (ALCs), na região Norte; e no Simples¹⁵ Nacional.
- 2) Cesta básica, quanto aos itens a serem isentos ou com alíquotas reduzidas, *cashback* e setores com redução de tributos, como educação e saúde.
- 3) Funcionamento e vantagens do *split payment*, mecanismo pelo qual o tributo a ser pago na venda de um produto é automaticamente calculado e pago ao fisco, com aumento da transparência sobre as transações e a redução da sonegação.
- 4) Funcionamento do imposto seletivo e políticas públicas relacionadas para desincentivar produtos e serviços prejudiciais ao meio ambiente e à saúde.
- 5) Transição dos benefícios tributários dados por estados às empresas, antes da extinção.

14. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2466104>. Acesso em: 24 nov. 2024.

15. Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

- 6) Prazos e regras da transição, mecanismos para evitar aumento de tributos demasiadamente e solução de controvérsias.

O grande risco da regulamentação segue sendo o de que exceções e isenções tragam de volta a complexidade ao sistema tributário que se quer reformar, e que os grupos com maior representação e influência no Congresso incluam privilégios que desfaçam o caráter isonômico do projeto.

3.3 Crise cambial

A crise cambial decorreu da elevação acelerada do dólar, ao final de novembro, após o anúncio da proposta de corte de gastos, mas sobretudo pelo anúncio do governo federal de fazer valer sua promessa de campanha de estabelecer maior progressividade na cobrança de impostos, com isenção da cobrança de imposto de renda às pessoas com ganhos mensais de até R\$ 5 mil.

A forte oscilação da moeda dos Estados Unidos põe em relevo o papel e a capacidade de o Banco Central do Brasil agir como guardião da moeda. O Banco tem reunião de seu Copom, nos dias 10 e 11; a tempo, portanto, de incluir em sua análise a divulgação dos índices de crescimento do país (dia 3) e inflação (dia 10), aferidos pelo IBGE. Nesse dia, os nomes indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as diretorias do BCB podem ser sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (dia 10 ou 11). Entre eles, Nilton David, indicado justamente para a Diretoria de Política Monetária.

As decisões do Banco neste mês quanto à elevação do dólar e a ata do Copom ultrapassam o mês e lançam as expectativas oficiais quanto ao comportamento da inflação futura, da tendência de aumento da taxa de juros – a terceira maior do mundo, abaixo apenas de Turquia e Rússia –, o que também sinaliza sobre possíveis travas ao crescimento do país em 2025. Além disso, a crise do dólar pressiona de imediato o preço dos combustíveis e, por conta disso, os índices de inflação, o preço dos fretes – que impactam, entre outros exemplos, a inflação de alimentos, que impacta mais diretamente os mais pobres e a classe média – e as tarifas de transporte coletivo, cujos reajustes anuais normalmente se dão nos primeiros meses do ano seguinte.

O mês marca também o encerramento da gestão do atual presidente do Banco, Roberto Campos Neto, a ser substituído por Gabriel Galípolo, atual diretor de política monetária.

3.4 Regulação da responsabilidade das plataformas digitais de mensagens

O STF retoma o julgamento sobre a responsabilização das plataformas digitais de mensagem pela remoção de postagens criminosas, mesmo sem ordem judicial prévia.

O julgamento, que analisa a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet (Brasil, 2014), é considerado um dos mais importantes da história do Supremo. Além de determinar que as redes devem estabelecer uma distinção entre opinião e discurso de ódio e difusão de mensagens de conteúdo criminoso, com base na legislação do país, e não apenas em seus termos de uso. A disseminação e a monetização de mensagens e perfis com ameaças de ataques ao próprio Estado democrático de direito, aos direitos fundamentais, além da incitação à violência, passaram também a afetar direta e profundamente muitas políticas públicas. Por exemplo, a queda da cobertura vacinal, a organização e o crescimento de grupos extremistas, além do aumento vertiginoso dos crimes decorrentes da captura ilegal de dados e dos golpes virtuais, demonstram os riscos e os danos que a falta de regulação leva à saúde, à segurança pública, aos direitos humanos e a várias outras áreas de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANO de 2024 se encerra com bandeira tarifária verde na conta de luz. **Gov.br (notícias)**, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/ano-de-2024-se-encerra-com-bandeira-tarifaria-verde-na-conta-de-luz>.

BC publica calendário de reuniões do Copom em 2024. **Banco Central do Brasil (notícias)**, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2014.

BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 854 –Distrito Federal**. Brasília: STF, 2 dez. 2024. Disponível em: <https://noticias-stf-wp-prd.s3.sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/wpallimport/uploads/2024/12/02145405/ADPF-854-DECISAO-INTERLOCUTORIA-.pdf>.

BRASIL tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. **Gov.br (notícias)**, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20recente,profissionais%20ativos%2C%20todos%20devidamente%20licenciados>.

CC-PARES debate educação a distância. **Gov.br (notícias)**, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/cc-pares-debate-educacao-a-distancia>.

CIDADES menores serão beneficiadas pelo Minha Casa, Minha Vida. **Gov.br (notícias)**, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-822>.

COMISSÃO de Segurança ouve ministro Ricardo Lewandowski na terça. **Agência Câmara de Notícias**, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1115527-comissao-de-seguranca-ouve-ministro-ricardo-lewandowski-na-terca>.

DEFESA Civil Alerta entra em operação no Sul e Sudeste. **Gov.br (notícias)**, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/defesa-civil-alerta/defesa-civil-alerta-entra-em-operacao-no-sul-e-sudeste>.

DESAFIO do tempo será superado com atuação conjunta, afirma Appy sobre a regulamentação do novo sistema. **Gov.br (notícias)**, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/desafio-do-tempo-sera-superado-com-atuacao-conjunta-afirma-appy-sobre-a-regulamentacao-do-novo-sistema>.

GOVERNO Federal apresenta a maior carteira de leilões portuários da história do país. **Agência Gov**, 27 nov. 2024a. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/governo-federal-apresenta-a-maior-carteira-de-leiloes-portuarios-da-historia-do-pais>.

GOVERNO Federal lança iniciativa Naturezas Quilombolas, para apoiar projetos na Amazônia. **Gov.br (notícias)**, 29 nov. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/governo-federal-lanca-iniciativa-naturezas-quilombolas-para-apoiar-projetos-na-amazonia>.

LASSANCE, A. **Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais?** Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília: Ipea, ago. 2024a. (Texto para Discussão, n. 3011). Publicação expressa. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=51606ede-f64f-4e69-8422-db64ef4628da>.

LASSANCE, A. **Calendário político-institucional do Estado brasileiro:** 2024. Brasília: Ipea, 2024b. (Texto para Discussão, n. 3012). Publicação expressa. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=c5ea25bd-c8fd-42f2-a5d5-d7cecaecc6f1>.

LASSANCE, A. **Análise da agenda político-institucional do Estado brasileiro:** 2024. Brasília: Ipea, 2024c. (Texto para Discussão, n. 3013). Publicação expressa. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=70a4b01b-6991-4c69-8781-425bcd809102>.

LOPES, J. Lewandowski virá ao Senado para audiência sobre segurança pública em dezembro. **Rádio Senado**, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/11/18/lewandowski-vira-ao-senado-para-audiencia-sobre-seguranca-publica-em-dezembro>.

LULA recebe o presidente eleito do Uruguai, Yamandú Orsi. **Gov.br (notícias)**, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/lula-recebe-o-presidente-eleito-do-uruguai-yamandu-orsi>.

MGI anuncia novo cronograma para o CPNU. **Gov.br (notícias)**, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mgi-anuncia-novo-cronograma-para-o-cpnu>.

MINISTÉRIO da Saúde antecipa entrega de insulina para garantir abastecimento no SUS. **Gov.br (notícias)**, 26 nov. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-da-saude-antecipa-entrega-de-insulina-para-garantir-abastecimento-no-sus>.

MINISTÉRIO da Saúde intensifica campanha sobre sintomas de dengue, zika e chikungunya. **Gov.br (notícias)**, 29 nov. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-da-saude-intensifica-campanha-sobre-sintomas-de-dengue-zika-e-chikungunya>.

MIR, MDA e MMA divulgam resultado preliminar da lista de organizações selecionadas para compor o Comitê Gestor da PNGTAQ. **Gov.br (notícias)**, 22 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-md-a-e-mma-divulgam-resultado-da-lista-de-organizacoes-selecionadas-para-compo-r-o-comite-gestor-da-pngtaq.

MUGNATTO, S.; MORAES, G. Relatório preliminar da LDO de 2025 deve ser votado nesta quarta-feira na comissão. **Agência Câmara de Notícias**, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1114499-relatorio-preliminar-da-ldo-de-2025-deve-ser-votado-nesta-quarta-feira-na-comissao/>.

PASSOS, G. Governo bloqueia mais R\$ 6 bilhões do orçamento de 2024. **Agência Brasil**, Brasília, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-11/governo-bloqueia-mais-r-6-bilhoes-do-orcamento-de-2024-0>.

PRAZO para cadastramento no registro geral de pescadores e pescadoras profissionais encerra em dezembro. **Gov.br (notícias)**, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/prazo-para-recadastramento-no-registro-geral-de-pescadores-e-pescadoras-profissionais-encerra-em-dezembro>.

PROGRAMA Desenrola: AGU informa abertura de prazo para pedido de descontos em créditos não tributários. **Gov.br (notícias)**, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2024/programa-desenrola-agu-informa-abertura-de-prazo-para-pedido-de-descontos-em-creditos-nao-tributarios>.

RICHTER, A. STF marca para 9 de dezembro audiência pública sobre “uberização”. **Agência Brasil**, Brasília, 24 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-10/stf-marca-para-9-de-dezembro-audiencia-publica-sobre-uberizacao>.

SAMARCO deve pagar R\$ 557 milhões em multas ambientais até dezembro. **Gov.br (notícias)**, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/samarco-deve-pagar-r-557-milhoes-em-multas-ambientais-ate-dezembro>.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema 656 – Limites da atuação legislativa local para disciplinar as atribuições das guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município**. Brasília: STF, dez. 2024a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=3832832&numeroProcesso=608588&classeProcesso=RE&numeroTema=656>.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema 778 - Possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente**. Brasília: STF, dez. 2024b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema 987 – Discussão sobre a constitucionalidade do art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros**. Brasília: STF, dez. 2024c. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5160549&numeroProcesso=1037396&classeProcesso=RE&numeroTema=987>.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema 998 – Controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem**. Brasília: STF, dez. 2024d. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4956054&numeroProcesso=959620&classeProcesso=ARE&numeroTema=998>.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema 1237 – Responsabilidade estatal por morte de vítima de disparo de arma de fogo durante operações policiais ou militares em comunidade, em razão da perícia que determina a origem do disparo ser inconclusiva**. Brasília: STF, dez. 2024e. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=6411925&numeroProcesso=1385315&classeProcesso=ARE&numeroTema=1237>.

APÊNDICE A

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM TRAMITAÇÃO¹⁶

Na Coordenação de Comissões Mistas (22 medidas provisórias – MPs)

1) MP nº 1.276/2024 – Medidas para prevenção e combate a incêndios florestais.

Ementa: Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e a Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024, para dispor sobre medidas para prevenção e combate a incêndios florestais.

Dia de tramitação: nono dia.

Prazo de sessenta dias: 5 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

2) MP nº 1.275/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento do estado de calamidade pública no RS, com atendimento às famílias atingidas e reparação dos danos à infraestrutura dos serviços públicos.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor da Defensoria Pública da União e dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 118.206.027,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: nono dia.

Prazo de sessenta dias: 5 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

3) MP nº 1.274/2024 – Melhoria da gestão orçamentária e financeira da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Ementa: Altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Dia de tramitação: 12º dia.

Prazo de sessenta dias: 2 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

4) MP nº 1.273/2024 – Prorrogação da vigência do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS).

Ementa: Altera a Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, para dispor sobre novo prazo de vigência do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS).

Dia de tramitação: 21º dia.

Prazo de sessenta dias: 21 fev. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

16. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias>. Acesso em: 24 nov. 2024.

- 5) MP nº 1.271/2024 – Alteração no recolhimento de tributos em remessas internacionais no âmbito do Regime de Tributação Simplificada (RTS).

Ementa: Dispõe sobre as remessas internacionais realizadas por intermédio de empresas de comércio eletrônico e reduz a alíquota do imposto de importação incidente sobre medicamentos.

Dia de tramitação: 40º dia.

Prazo de sessenta dias: 23 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 6) MP nº 1.270/2024 – Crédito extraordinário: ações emergenciais de proteção e defesa civil em municípios afetados pela seca, incêndios florestais e chuvas intensas.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 87.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação: 41º dia.

Prazo de sessenta dias: 22 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 7) MP nº 1.269/2024 – Crédito extraordinário: financiamento de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento de calamidades públicas no Rio Grande do Sul.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação: 42º dia.

Prazo de sessenta dias: 21 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 8) MP nº 1.268/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento de queimadas, secas e crises climáticas no Brasil.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 42º dia.

Prazo de sessenta dias: 21 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 9) MP nº 1.267/2024 – Alteração no Pronampe para atender micros e pequenas empresas afetadas pela interrupção no fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo.

Ementa: Dispõe sobre operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe com beneficiários que tiveram prejuízos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo, no mês de outubro de 2024.

Dia de tramitação: 46º dia.

Prazo de sessenta dias: 17 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

10) MP nº 1.266/2024 – Prorrogação de regime aduaneiro especial para empresas exportadoras do Rio Grande do Sul.

Ementa: Dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos previstos nos regimes aduaneiros especiais de *drawback*, nas modalidades de suspensão e isenção, de que tratam o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e o art. 31 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para pessoas jurídicas beneficiárias de atos concessórios com domicílio no Estado do Rio Grande do Sul e, exclusivamente na modalidade de suspensão, para empresas denominadas fabricantes-intermediários não domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras domiciliadas na referida Unidade da Federação, para emprego ou consumo na industrialização de produto final destinado à exportação.

Dia de tramitação: 50º dia.

Prazo de sessenta dias: 13 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

11) MP nº 1.265/2024 – Crédito extraordinário: ações de proteção e defesa civil no Rio Grande do Sul.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 383.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação: 54º dia.

Prazo de sessenta dias: 9 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

12) MP nº 1.264/2024 – Crédito extraordinário: repatriação de brasileiros residentes em regiões de conflito no Líbano.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 80.401.340,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação: 54º dia.

Prazo de sessenta dias: 9 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

13) MP nº 1.263/2024 – Auxílio emergencial a pescadores artesanais atingidos pela estiagem na região Norte.

Ementa: Institui o Auxílio Extraordinário destinado a pescadoras e pescadores profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal – seguro-defeso cadastrados em municípios da região Norte.

Dia de tramitação: 57º dia.

Prazo de sessenta dias: 6 dez. 2024.

Prazo de 120 dias: 17 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

14) MP nº 1.262/2024 – Tributação mínima sobre lucro de multinacionais por meio de adicional da CSLL.

Ementa: Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), e dá outras providências.

Dia de tramitação: 62º dia.

Prazo de sessenta dias: 1º dez. 2024.

Prazo de 120 dias: 12 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

15) MP nº 1.261/2024 – Altera o prazo de dedução de perdas financeiras de créditos e ativos fiscais diferidos nas instituições financeiras.

Ementa: Altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dia de tramitação: 63º dia.

Prazo de sessenta dias: 30 nov. 2024.

Prazo de 120 dias: 11 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

16) MP nº 1.260/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em atividades relacionadas ao Inmet/Mapa, Inpe/Cemadem/MCTI, MDA/Incra/Conab e MPOR.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.659.821.159,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 65º dia.

Prazo de sessenta dias: 28 nov. 2024.

Prazo de 120 dias: 9 mar. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

17) MP nº 1.259/2024 – Flexibilização das regras para repasse financeiro e importação de equipamentos, *softwares* e serviços para ações de prevenção e combate aos incêndios.

Ementa: Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais.

Dia de tramitação: 75º dia.

Prazo de sessenta dias: 18 nov. 2024.

Prazo de 120 dias: 27 fev. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

- 18)** MP nº 1.257/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento do estado de calamidade pública no RS: antecipação do pagamento de precatórios e compensação financeira pela perda de arrecadação do ICMS.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e de encargos financeiros da União e de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 5.131.822.721,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 78º dia.

Prazo de sessenta dias: 15 nov. 2024.

Prazo de 120 dias: 24 fev 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

- 19)** MP nº 1.256/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de prevenção de desastres e subvenção de crédito.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, e de encargos financeiros da União, no valor de R\$ 510.000.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 85º dia.

Prazo de sessenta dias: 8 nov. 2024.

Prazo de 120 dias: 17 fev. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

- 20)** MP nº 1.255/2024 – Autorização para depreciação acelerada de navios-tanque produzidos no Brasil empregados em cabotagem de petróleo e seus derivados.

Ementa: Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, para autorizar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados.

Dia de tramitação: 99º dia.

Prazo de sessenta dias: 25 out. 2024.

Prazo de 120 dias: 3 fev. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

- 21)** MP nº 1.251/2024 – Isenção do Imposto de Renda aos prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos.

Ementa: Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos, nas hipóteses que especifica.

Dia de tramitação: 118º dia.

Prazo de sessenta dias: 6 out. 2024.

Prazo de 120 dias: 5 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 22)** MP nº 1.250/2024 – Apoio financeiro às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do RS não contemplados pelas MPVs nºs 1.219 e 1.228, ambas de 2024.

Ementa: Institui apoio financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação: 119º dia.

Prazo de sessenta dias: 5 out. 2024.

Prazo de 120 dias: 4 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

Na Câmara dos Deputados – CD (quatro MPs)

- 1)** MP nº 1.258/2024 – Crédito extraordinário: ações para combate e prevenção dos danos causados pela estiagem e pelos incêndios na Amazônia.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 514.474.666,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 77º dia.

Prazo de sessenta dias: 16 nov. 2024.

Prazo de 120 dias: 25 fev. 2025.

Prazo de emendas: encerrado.

- 2)** MP nº 1.254/2024 – Crédito extraordinário: subvenção de crédito rural para o enfrentamento do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 104º dia.

Prazo de sessenta dias: 20 out. 2024.

Prazo de 120 dias: 19 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 3)** MP nº 1.253/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul na área da saúde.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 308.250.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 60º dia.

Prazo de sessenta dias: 12 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 4) MP nº 1.252/2024 – Crédito extraordinário: enfrentamento do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul em áreas de habitação, infraestrutura hidroviária e recuperação do TRE.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e dos ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 1.625.802.558,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 113º dia.

Prazo de sessenta dias: 11 out. 2024.

Prazo de 120 dias: 10 dez. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

No Senado Federal

Não há medidas provisórias tramitando no Senado Federal.

APÊNDICE B

MATÉRIAS AGUARDANDO SANÇÃO OU VETO PRESIDENCIAIS¹⁷

1) Projeto de Lei (PL) nº 10.493/2018 (Projeto de Lei do Senado – PLS nº 206/2007).

Ementa: Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Recebimento pela Presidência: 18 nov. 2024.

Prazo para sanção: 9 dez. 2024.

2) PL nº 2.310/2021 (PL nº 2.310/2021, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Denomina rotatória Márcio Heleno Henrique a rotatória localizada na rodovia BR-488, no Município de Aparecida, no Estado de São Paulo.

Recebimento pela Presidência: 18 nov. 2024.

Prazo para sanção: 9 dez. 2024.

3) PL nº 2.597/2024 – Emenda-CD (Projeto de Lei Complementar – PLC nº 29/2017, no Senado Federal)

Ementa: Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

Recebimento pela Presidência: 19 nov. 2024.

Prazo para sanção: 10 dez. 2024.

4) PL nº 1.205/2024 (PL nº 1.205/2024, no Senado Federal)

Ementa: Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre os sub-sistemas esportivos privados.

Recebimento pela Presidência: 19 nov. 2024.

Prazo para sanção: 10 dez. 2024.

5) PL nº 182/2024 – Emenda-CD (PL nº 182/2024, no Senado Federal)

Ementa: Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Recebimento pela Presidência: 25 nov. 2024.

Prazo para sanção: 13 dez. 2024.

17. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-aguardando-sancao?app=true&utm_source=app-jc. Acesso em: 24 nov. 2024.

6) PL nº 2.627/2019 (PL nº 2.627/2019, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Institui o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano.

Recebimento pela Presidência: 27 nov. 2024.

Prazo para sanção: 17 dez. 2024.

7) PL nº 2.251/2022 (PL nº 4.256/2016, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde.

Recebimento pela Presidência: 27 nov. 2024.

Prazo para sanção: 17 dez. 2024.

8) PL nº 2.230/2022 (PL nº 3.720/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Recebimento pela Presidência: 27 nov. 2024.

Prazo para sanção: 17 dez. 2024.

9) PL nº 6.213/2023 (PL nº 8.121/2017, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Denomina ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Recebimento pela Presidência: 27 nov. 2024.

Prazo para sanção: 17 dez. 2024.

10) PL nº 1.734/2024 (PL nº 1.952/2007, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Recebimento pela Presidência: 27 nov. 2024.

Prazo para sanção: 17 dez. 2024.

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Alice Souza Lopes

Revisão

Amanda Ramos Marques Honorio

Cláudio Passos de Oliveira

Denise Pimenta de Oliveira

Emilly Dias de Matos

Gisela Carneiro de Magalhães Ferreira

Nayane Santos Rodrigues

Reginaldo da Silva Domingos

Susana Sousa Brito

Yally Schayany Tavares Teixeira

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Capa

Leonardo Hideki Higa

Projeto Gráfico

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.